

**FGV DIREITO SP**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO**

**ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS DA TRIBUTAÇÃO**

**EMENTA DA DISCIPLINA**

Essa disciplina pretende demonstrar, a partir de uma visão contextual e de problemas concretos, como o conhecimento de finanças e contabilidade pode fazer diferença na formatação jurídica dos negócios e conseqüentemente na identificação de seus impactos tributários. Inspirada na disciplina *Analythical Methods for Lawyers*, da Escola de Direito da Universidade de Harvard, tem como principal objetivo desenvolver a habilidade de relacionar conceitos jurídicos, financeiros e contábeis de modo a construir soluções jurídicas adequadas aos negócios complexos da realidade contemporânea.

**PROGRAMA DE AULAS**

1	07.08.2017	<b>Parâmetros da Nova Contabilidade Brasileira. Essência sobre a Forma. Regras versus Princípios. Julgamento e Decisão.</b>
Sinopse da aula	Aula magna a ser ministrada pelo prof. Nelson Carvalho (FEA), sobre a importância dos novos padrões contábeis brasileiros e os impactos dessa nova realidade no mundo dos negócios e, conseqüentemente, na formatação jurídica de contratos e no modo de tributação pelo Estado. Haverá participação do jornalista Fernando Torres (Valor Econômico).	
Leitura obrigatória	CARVALHO, Nelson. Essência x Forma na Contabilidade. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i> . São Paulo: Dialética, 2010, p. 371 e seguintes.  MARTINS, Eliseu. A Contabilidade brasileira de ontem e de hoje; e a de depois? In: LOPES, Alexsandro Broedel (org.). <i>Contabilidade e Finanças no Brasil: estudos em homenagem ao professor Eliseu Martins</i> . São Paulo: Atlas, 2012, p. 3-22.	
Leitura complementar	BRAITHWAITE, John. Rules and Principles: A Theory of Legal Certainty. <i>Australian Journal of Legal Philosophy</i> , n. 27, 2002, p. 47-82. Disponível em <a href="https://www.anu.edu.au/fellows/jbraithwaite/_documents/Articles/Rules_and_Principles2002.pdf">https://www.anu.edu.au/fellows/jbraithwaite/_documents/Articles/Rules_and_Principles2002.pdf</a> .  DELOITTE. <i>Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS</i> . São Paulo: Atlas, 2009.  ERNST & YOUNG; FIPECAFI. <i>Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras</i> . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.  FREEDMAN, Judith; POWER, Michael. Law and Accounting: transition and transformation. <i>The Modern Law Review</i> , n. 6, vol. 54, nov/1991, p. 769 e seguintes.  MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. O Direito Contábil – Fundamentos Conceituais, Aspectos da Experiência Brasileira e Implicações. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i> . São Paulo: Dialética, 2010, pp. 56-81.  PAULO, Edilson; CARVALHO, L. NELSON. Algumas questões sobre a normatização contábil baseada em princípios, regras e objetivos. <i>Revista Evidenciação Contábil &amp; Finanças (UFPPB)</i> , v. 2, n. 2, p. 24-39, 2014. Disponível em <a href="http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/20181/11312">http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/20181/11312</a> .	

Material didático	Eventualmente, material a ser utilizado pelo prof. convidado.
2	14.08.2017
<b>Reflexos Jurídicos dos Novos Padrões Contábeis e Planejamento Tributário. A Desconsideração das Formas Jurídicas e o Propósito Negocial</b>	
Sinopse da aula	<p>1ª Parte: discussão sobre os pontos trazidos pelos alunos a partir da aula anterior. Questões-Chave: (i) a essência econômica buscada pela contabilidade coincide com o propósito negocial utilizado pelos julgamentos administrativos do CARF? (ii) Como a transparência econômica das operações pela contabilidade pode influenciar nessa discussão? (iii) Do ponto de vista financeiro, vale a pena deixar de pagar tributos – via planejamento tributário ou via sonegação?</p> <p>2ª parte: utilização do método PBL (<i>problem-based learning</i>) para aplicação dos conceitos debatidos na primeira parte da aula. <i>[essa atividade pode ser remanejada para as aulas posteriores conforme o andamento da 1ª parte da aula]</i></p> <p>3ª parte: análise financeira do Planejamento Tributário, com participação do prof. Carmine Rullo.</p>
Leitura obrigatória	<p>BIANCO, João Francisco. Aparência Econômica e Natureza Jurídica. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, p. 174-184.</p> <p>CARF. <i>Acórdão n. 1301-001.744</i>, proferido em 3 de fevereiro de 2015 (somente os trechos que discorrem sobre propósito negocial e substância econômica). Disponível em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>CARF. <i>Acórdão n. 3202-000.983</i>, proferido em 26 de novembro de 2013 (aplicação do princípio da essência sobre a forma beneficiando o contribuinte). Disponível em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>GRECO, Marco Aurélio. <i>Planejamento Tributário</i>. 3ª ed. São Paulo: Dialética, 2011, p. 460-479 (Capítulo XVIII – Operações Preocupantes).</p> <p>Relembrar leituras da Aula 1 sobre essência e forma.</p>
Leitura complementar	<p>CARF. <i>Acórdão n. 3202-000.983</i>, proferido em 26 de novembro de 2013 (aplicação do princípio da essência sobre a forma beneficiando o contribuinte). Disponível em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>CARVALHO, Nelson; CARMO, Carlos Henrique Silva do. A Primazia da Essência sobre a Forma na Prática Contábil. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. 4º volume. São Paulo: Dialética, 2013, p. 237 e seguintes.</p> <p>JREIGE, Elionor Farah. <i>True and Fair View: um entrave ou um impulso para a contabilidade</i>. <i>Caderno de Estudos (USP)</i>, n. 17, 1998. Disponível em <a href="http://www.revistas.usp.br/cest/article/view/5623/7153">http://www.revistas.usp.br/cest/article/view/5623/7153</a>.</p> <p>HIGGINS, Robert C. <i>Analysis for financial management</i>, 8th ed. Boston: Mac Graw Hill, 2007, capítulo 8 (Risk Analysis in investment decisions), p. 283-320.</p> <p>MARTINS, Eliseu e outros. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, Capítulo 44, p. 825-838.</p> <p>NEDER, Marcos Vinicius. A Prevalência da Substância sobre a Forma nos Planejamentos Tributários: um Falso Dilema. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, p. 326 e seguintes.</p> <p>NOVAI, Raquel; GOMES, Bruno. A Prevalência da Forma Contábil sobre a Natureza Jurídica e a Essência Econômica – o Ágio nas Operações dentro do Mesmo Grupo de Empresas. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, p. 381 e seguintes.</p> <p>RHEE, Robert J. <i>Essential concepts of Business for lawyers</i>. New York: Wolters Kluwer, 2012, capítulo 8 (Risk and return), p. 143-154.</p>
Material didático	<p>- Textos de leitura obrigatória</p> <p>- Questões-Chave indicadas na Sinopse acima</p> <p>- Descrição de situação fática (PBL)</p>

- Slides a serem utilizados pelo Prof. Carmine Rullo

<b>3</b>	<b>21.08.2017</b>	<b>Direito e Demonstrações Financeiras. Provisões e Contingências. Gestão de Riscos</b>
Sinopse da aula	<p>1ª Parte: discutir, a partir da apresentação do <b>Grupo 1</b>, como as normas jurídicas e a jurisprudência (paralelo com disciplina da Prof. Juliana) influenciam os registros contábeis. Questões-Chave: (i) a influência do direito na interpretação dos critérios para registro de provisões e identificação de contingências no Pronunciamento CPC 25; (ii) os critérios para identificar a probabilidade de perda em processos tributários; (iii) como refletir (e se devem ser refletidos) os planejamentos tributários nas informações empresariais (demonstrações financeiras, formulários etc.)?</p> <p>2ª Parte: discussão de demonstrações financeiras previamente selecionadas pela convidada Lucilene Prado (ex-diretora jurídica da Natura)</p>	
Leitura obrigatória	<p>Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento CPC n. 25. Disponível em <a href="http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56">http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56</a>.</p> <p>NAKAMURA, Wilson Toshiro. Análise de demonstrações financeiras. In SHENG, Hsia Hua. <i>Introdução às finanças empresariais</i>. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, capítulo 1, p. 23-48.</p> <p>TORRES, Fernando. Caso da Vale envolve IR sobre lucro no exterior. <i>Valor Econômico</i>, 11 de janeiro de 2012. Disponível em <a href="http://www.valor.com.br/impreso/eu-investimentos/caso-da-vale-envolve-ir-sobre-lucro-no-externior">http://www.valor.com.br/impreso/eu-investimentos/caso-da-vale-envolve-ir-sobre-lucro-no-externior</a>.</p> <p>WATANABE, Marta. Sucessivos Refis tornam elisão fiscal vantajosa. <i>Valor Econômico</i>, 7 de junho de 2017. Disponível em <a href="http://www.valor.com.br/brasil/4995306/sucessivos-refis-tornam-elisao-fiscal-vantajosa">http://www.valor.com.br/brasil/4995306/sucessivos-refis-tornam-elisao-fiscal-vantajosa</a>.</p>	
Leitura complementar	<p>BREITNER, Leslie K. E ANTHONY, Robert N. <i>Essentials of accounting</i>, 11ª Ed. BOSTON: Pearson, 2013, part. 10.</p> <p>HIGGINS, Robert C. <i>Analysis for financial management</i>. 8<sup>th</sup> ed. Boston: Mac Graw Hill, 2007, capítulos 1 e 2, p. 4-82.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de (coord.). <i>Contabilidade introdutória</i>, 11ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010, capítulos 2, p. 17-36, capítulo 6, p. 162-196 e Apêndice II, p. 325-335.</p> <p>JACKSON, Howell E. <i>Analytical Methods for Lawyers</i>. Boston: Harvard Press, capítulo 4, p. 118-173.</p> <p>JONES, Michael. Creative accounting. <i>Fraud and international accounting scandals</i>. New York: Wiley, 2011, p. 3-19 (Introduction).</p> <p>MARION, José Carlos. <i>Contabilidade empresarial</i>. 15ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009. capítulos 2 e 3, p. 41-86.</p> <p>PEDREIRA, José Luiz Bulhões. <i>Finanças e demonstrações financeiras da companhia</i>. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1989.</p> <p>SILVA, José Marcos da. <i>A influência do ciclo de vida organizacional sobre o nível de planejamento tributário</i>. Tese de Doutorado, FEA-USP, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em <a href="http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-06012017-151945/pt-br.php">http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-06012017-151945/pt-br.php</a>.</p>	
Material didático	<p>- Textos de leitura obrigatória</p> <p>- Questões-Chave indicadas na Sinopse acima</p> <p>- Demonstrações financeiras a serem previamente indicadas por convidado externo</p>	

4	28.08.2016	<b>Direito e Contabilidade Criativa. O Reconhecimento de Receitas. Impactos Tributários</b>
Sinopse da aula	<p>1ª parte: apresentação de caso sobre reconhecimento de receitas e impactos tributários pelos alunos do <b>Grupo 2</b>.</p> <p>2ª Parte: debates das seguintes Questões-Chave (i) o momento do reconhecimento das receitas nas novas normas contábeis pode ou deve influenciar a formatação contratual de um negócio? (ii) qual a influência dos documentos e conceitos jurídicos na interpretação e aplicação da nova norma contábil? (iii) como o subjetivismo da nova norma, aliada a programas de incentivo e remuneração, pode induzir a contabilidade criativa? (iv) qual o papel da governança corporativa e do direito nesse processo? (v) Qual a influência da nova norma contábil nas diferentes formas de incidência tributária (PIS/COFINS, IRPJ, CSLL, ISS e ICMS)?</p> <p>3ª Parte: fechamento dos debates com utilização de slides.</p>	
Leitura obrigatória	<p>CARF. <i>Acórdão n. 3402-001.797</i>, proferido em 26 de junho de 2012 (cessão de malha ferroviária, dentre outros assuntos, discutindo-se titularidade da receita). Disponível em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>CARVALHO, Nelson; CARMO, Carlos Henrique Silva do. Reconhecimento Contábil de Receitas: o que vem (ou pode vir) por aí. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 3º volume. São Paulo: Dialética, 2012, pp. 281-296.</p> <p>Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento CPC nº 30. <a href="http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos">http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos</a>. Obs: CPC 47 em audiência pública (<a href="http://cfc.org.br/tecnica/audiencia-publica/">http://cfc.org.br/tecnica/audiencia-publica/</a>).</p> <p>Superior Tribunal de Justiça. Acórdão proferido no julgamento do Recurso Especial nº 954.719/SC, realizado em 13/11/2007, sobre locação de mão-de-obra e repasse de receitas para efeitos de PIS/COFINS (disponível em <a href="https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=736673&amp;sReg=200701181119&amp;sData=20081125&amp;formato=PDF">https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=736673&amp;sReg=200701181119&amp;sData=20081125&amp;formato=PDF</a>).</p>	
Leitura complementar	<p>BLAIR, Margaret. <i>Ownership and Control</i>. Washington: The Brookings Institution, 1995, capítulo 3, p. 94-121.</p> <p>GABRIELI, Marcio Fernandes. Governança corporativa. In: CHENG, Hsia Hua (coord.), <i>Introdução às finanças empresariais</i>. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, capítulo 5, p. 203-232.</p> <p>JACKSON, Howell E. <i>Analytical Methods for Lawyers</i>. Boston: Harvard Press, capítulo 5, p. 216-239.</p> <p>JONES, Michael. <i>Creative accounting, Fraud and International Accounting Scandals</i>. New York: Wiley, 2011, p. 3-19 (Introduction).</p> <p>MARIZ DE OLIVEIRA, Ricardo. Reconhecimento de Receitas – Questões Tributárias Importantes (uma Nova Noção de Disponibilidade Econômica?). In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 3º volume, São Paulo: Dialética, 2012, pp. 297-314.</p> <p>STIGLITZ, Joseph E. Os exuberantes anos 90. Uma nova interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, capítulo 5 (contabilidade criativa), p. 136-160.</p>	
Material didático	<p>- Textos e Acórdão indicados na leitura obrigatória</p> <p>- Questões-Chave indicadas na Sinopse acima</p> <p>- Relatório sobre o caso Toshiba, disponível em <a href="http://www.toshiba.co.jp/about/ir/en/news/20150725_1.pdf">http://www.toshiba.co.jp/about/ir/en/news/20150725_1.pdf</a>.</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>	

5	04.09.2017	<b>Qualificação Contábil e Qualificação Jurídica: intersecções e limites. Ágio.</b>
Sinopse da aula	<p>1ª parte: apresentação de slides sobre a evolução do tema no Brasil e debates sobre os limites da utilização dos critérios contábeis para interpretação do instituto do ágio.</p> <p>2ª Parte: panorama evolutivo da jurisprudência do CARF pelo prof. Daniel Santiago.</p>	
Leitura obrigatória	<p>FIPECAFI. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. São Paulo: Atlas, 2010, Capítulo 10, itens 10.1 a 10.4 (p. 169-176), item 10.7, até o subitem 10.7.4 (p. 192-194) e subitens 10.7.7 e 10.8 (p. 199-200).</p> <p>LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. Do Ágio Baseado em Expectativa de Rentabilidade Futura – Algumas Considerações Contábeis. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 3º volume. São Paulo: Dialética, 2012, p. 33 e seguintes.</p> <p>NEDER DE LIMA, Marcos Vinícius; MUSA, Simone Dias. A Evolução do Regime Contábil Tributário e as Divergências Probatórias dos Eventos Societários – o Caso do Ágio. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel, <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 3º volume, São Paulo: Dialética, 2012, pp. 215-236.</p>	
Leitura complementar	<p>CARF. Acórdão nº 1402-00.993, proferido pela Primeira Seção de Julgamento, em de 11 de abril de 2012 – Caso Cosern – Ágio Interno. Disponível em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>CARF. Acórdão nº 1101-000.899, proferido pela Primeira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, julgado em 11 de junho de 2013 – Caso Publicar – Empresa-Veículo. Disponível em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>CARF. Acórdão nº 1302-001.182, proferido pela Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, julgado em 08 de outubro de 2013 – Caso Dufry – Empresa-Veículo. Disponível em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. <i>Contabilidade Introdutória</i>. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 241-243.</p> <p>SCHOUERI, Luís Eduardo. <i>Ágio em reorganizações societárias (aspectos tributários)</i>. São Paulo: Dialética, 2012, p. 11-40; 66-82; 98-117.</p> <p>GRECO, Marco Aurélio. <i>Planejamento Tributário</i>. 3ª ed. São Paulo: Dialética, 2011, p. 460-479.</p> <p>UTUMI, Ana Cláudia Akie. O Ágio nas Operações de Fusões e Aquisições em Face das Novas Regras Contábeis. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel, <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, São Paulo: Dialética, 2010, pp. 102-115</p>	
Material didático	<p>- Textos de leitura obrigatória</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>	

<b>6</b>	11.09.2017	<b>Qualificação Contábil e Qualificação Jurídica: intersecções e limites. Alienação de Ativos. Implicações Tributárias</b>
Sinopse da aula	<p>1ª Parte: apresentação, pelo Grupo 3, de pesquisa de jurisprudência do CARF sobre a influência da rubrica contábil nos impactos tributários decorrentes da alienações de ativos circulante ou imobilizado.</p> <p>2ª Parte: discussão do assunto a partir de apresentação de novas normas contábeis sobre o tema e fechamento do assunto com slides.</p>	
Leitura obrigatória	<p>Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento CPC n. 31. Disponível em <a href="http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=62">http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=62</a>.</p> <p>_____. Pronunciamento CPC n. 27 Disponível em <a href="http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58">http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58</a>.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. <i>Teoria da Contabilidade</i>. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 148-160, 181-183, 193-194, 307-311 e 321.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Arioaldo dos. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 49, 72-73, 100-101, 222-223, 398-399, 485-486, 509 (item 30.01), 516 (itens 30.4.1 e 30.4.3 b).</p> <p>Lei 6.404/1976 – artigos 178 e 179 (redações antes e após as Leis 11.638/08 e 11.941/09).</p>	
Leitura complementar	<p>ARAGÃO, Paulo Cezar; BENTO, Paulo Marcelo de Oliveira. Novo Conceito de Receita Bruta e Ganhos de Capital na Alienação de Bens do Ativo Não Circulante. In: ROCHA, Sergio André. <i>Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S/A</i> – Vol. IV. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 425 e seguintes.</p> <p>Parecer Normativo CST 03/1980.</p> <p>Parecer Normativo CST 108/1978.</p>	
Material didático	<p>- Textos de leitura obrigatória</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>	

7	18.09.2017	<b>Qualificação Contábil e Qualificação Jurídica: intersecções e limites. Políticas de Remuneração. Stock Options. Implicações Tributárias</b>
Sinopse da aula	<p>1ª parte: apresentação, pelos alunos do Grupo 4, de pesquisas internacionais (<i>papers</i>) identificando a efetividade dos <i>Stock Option Plans</i> (SOP) na mitigação do conflito de agência e no incremento do resultado das empresas.</p> <p>2ª parte: discussão, com participação da prof. Fabiana Lopes da Silva (FIPECAFI), sobre as seguintes Questões-Chave: (i) a essência econômica dos SOP influencia sua qualificação jurídica? (ii) qual a influência da tributação da estruturação dos planos? (iii) como os elementos definidos pelo CARF devem ser utilizados em casos concretos de estruturação dos SOP?</p>	
Leitura obrigatória	<p>ALMEIDA, Leonardo José Muniz de; FARO, Maurício Pereira. Tratamento dos Planos de <i>Stock Options</i> após o CPC 10. In: ROCHA, Sergio André. <i>Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S/A – Vol. II</i>. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 401 e seguintes.</p> <p>CARF. Acórdão n. 2301-003597 - Cosan. Disponível em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Arioaldo dos. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, pp. 621-624, 627-628, 636-638 (itens 34.1.1 a 34.1.3, 34.1.5, 34.4 a 34.6).</p> <p>TAIAR JÚNIOR; Alvaro; ARISA, Edison. Stock Option Plan – Consequências Fiscais e Contábeis. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, p. 82 e seguintes.</p>	
Leitura complementar	<p>ARAGÃO, Paulo. Opções de Compra de Ações e Bônus de Subscrição. <i>Revista dos Tribunais</i>, vol. 631, p. 63, maio/88.</p> <p>CARF. Acórdãos n. 2401-003.004 (ALL), n. 2301-004.137 (Anhanguera), n. 2803-03.815 (Sadia), n. 2302-003.536 (Gafisa), n. 2402-004.480 (GVT), n. 2401-003.888 (Unibanco), n. 2401-003.891 (BM&amp;F BOVESPA), n. 2402-005.010 (GVT), n. 2402-005.011 (Unibanco) – contribuições previdenciárias. Disponíveis em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>CARF. Acórdãos n. 2201-002.685 e n. 2201-002.766 (IRRF). Disponíveis em <a href="http://www.carf.fazenda.gov.br">www.carf.fazenda.gov.br</a>.</p> <p>MARCONDES, Daniel Gustavo Peixoto Orsini. <i>Stock Options – Tributação no Brasil e nos Tratados Internacionais</i>. In: <i>Direito Tributário Atual</i>, n. 28, 2012, p. 24 e seguintes.</p> <p>MOSQUERA, Roberto Quiroga; BUENO, Maria Isabel Tostes da Costa. Questões Atinentes à Remuneração de Administradores: bônus, PLR e <i>Stock Options</i>. In: <i>Grandes Questões Atuais do Direito Tributário</i>, 14º vol., 2010, p. 312 e seguintes.</p> <p>SILVA, Mauro José. Natureza jurídica e a incidência das contribuições previdenciárias sobre as vantagens oriundas de planos de opções de ações (<i>stock options plan</i>). A situação brasileira e o direito comparado. <i>Revista de Receita Federal</i>, disponível em <a href="http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/87/10">http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/87/10</a></p> <p>TAKATA, Marcos Shiguelo. A “Nova” Contabilidade Relativa às Stock Options – Sua Relação e Reflexo ou não no Direito Tributário. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 2º volume. São Paulo: Dialética, 2011, p. 151 e seguintes.</p> <p>TRF-3. Acórdão proferido no Agravo de Instrumento n. 0009944-50.2013.4.03.0000/SP.</p> <p>VASCONCELOS, Breno e outros. Stock Option Plans. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de e outros. <i>Repertório Analítico de Jurisprudência do CARF</i>. São Paulo: Max Limonad, 2016, p. 435-476.</p>	
Material didático	<p>- Textos e Acórdão indicados na leitura obrigatória</p> <p>- Questões-Chave indicadas na Sinopse acima</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>	

8	29.11.2016	<b>Política Fiscal e Tributação. A Riqueza Contábil e a Riqueza Jurídica</b>
Sinopse da aula	<p>1ª parte: apresentação, pelos alunos do Grupo 5, da evolução da jurisprudência judicial e administrativa sobre o tema dos lucros de coligadas e controladas no exterior, dando especial destaque ao tema do método de equivalência patrimonial e o conceito de disponibilidade econômica.</p> <p>2ª parte: discutir, retomando conceitos da disciplina de Dinâmica da Tributação, se a riqueza contábil pode ser identificada com a riqueza jurídica para efeitos de tributação, a partir do caso da tributação de lucros de controladas e coligadas no exterior.</p> <p>3ª parte:</p>	
Leitura obrigatória	<p>CANADO, Vanessa Rahal. <i>Debate sobre tributação esqueceu da disponibilidade da renda</i>. Disponível em <a href="http://www.conjur.com.br/2013-nov-13/vanessa-canado-debate-tributacao-esqueceu-disponibilidade-renda">http://www.conjur.com.br/2013-nov-13/vanessa-canado-debate-tributacao-esqueceu-disponibilidade-renda</a>.</p> <p>MARTINS, Eliseu e outros. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 207-209, 215-217 (itens 11.1, 11.4, 11.5 (letra a)).</p> <p>SCHOUERI, Luís Eduardo; TERSI, Vinicius Feliciano. As Inter-relações entre a Contabilidade e o Direito: atender ao RTT significa obter Neutralidade Tributária? In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 2º volume, São Paulo: Dialética, 2011, pp. 107-150.</p> <p>Superior Tribunal de Justiça. Acórdão proferido no Recurso Especial n. 1.211.882, sobre a legalidade da tributação do resultado positivo de equivalência patrimonial. Disponível em <a href="http://www.stj.jus.br">www.stj.jus.br</a>.</p> <p>Supremo Tribunal Federal. Voto do Ministro Nelson Jobim na ADI n. 2588. Disponível em <a href="http://www.stf.jus.br">www.stf.jus.br</a>.</p> <p>_____. Acórdão proferido no caso do Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL), Recurso Extraordinário n. Disponível em <a href="http://www.stf.gov.br">www.stf.gov.br</a>.</p> <p>TORRES, Fernando. Caso da Vale envolve IR sobre lucro no exterior. <i>Valor Econômico</i>, 11 de janeiro de 2012. Disponível em <a href="http://www.valor.com.br/impreso/eu-investimentos/caso-da-vale-envolve-ir-sobre-lucro-no-exterior">http://www.valor.com.br/impreso/eu-investimentos/caso-da-vale-envolve-ir-sobre-lucro-no-exterior</a>.</p> <p>_____. Balanços mostram risco de R\$ 43,5 bilhões. <i>Valor Econômico</i>, 4 de abril de 2013. Disponível em <a href="http://www2.valor.com.br/brasil/3072586/balancos-mostram-risco-de-r-435-bilhoes">http://www2.valor.com.br/brasil/3072586/balancos-mostram-risco-de-r-435-bilhoes</a>.</p>	
Leitura complementar	<p>BIANCO, João Francisco; MATOS, Gustavo Martini de. Tributação dos rendimentos estrangeiros: tributação dos lucros auferidos no exterior por pessoas jurídicas brasileiras; disponibilidade jurídica econômica da renda das coligadas e controladas no exterior. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de; CANADO, Vanessa Rahal (coord.). <i>Tributação do Setor Industrial</i>. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 433 – 465.</p> <p>COELHO, Isaias. Para um novo regime de tributação dos lucros de empresas brasileiras no exterior. Disponível no site da Fiscosoft: <a href="http://www.fiscosoft.com.br/a/639b/para-um-novo-regime-de-tributacao-dos-lucros-de-empresas-brasileiras-no-exterior-isaias-coelho">http://www.fiscosoft.com.br/a/639b/para-um-novo-regime-de-tributacao-dos-lucros-de-empresas-brasileiras-no-exterior-isaias-coelho</a>.</p> <p>FREEDMAN, Judith. Aligning Taxable Profits and Accounting Profits: accounting standards, legislators and judges. <i>E-Journal of Tax Research</i>, vol. 2, n. 1, 2004, p. 71 e seguintes.</p> <p>GODOI, Marciano Seabra de. A Nova Legislação sobre Tributação de Lucros Auferidos no Exterior (Lei 12.973/2014) como Resultado do Diálogo Institucional Estabelecido entre o STF e os Poderes Executivo e Legislativo da União. In: ROCHA, Valdir de Oliveira. <i>Grandes Questões de Direito Tributário</i>, 18º vol. São Paulo: Dialética, 2014.</p> <p>MARTINS, Natanael. <i>Contabilidade e Direito Tributário – do fato (jurídico) contábil ao fato jurídico tributário – a construção da renda tributável</i>. Mestrado em Direito. PUC/SP, 2012, p. 76-89 (capítulo IV, itens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 (sem os subitens)); 95-109 e 118-125 (capítulo IV, itens 4.7 a 4.8.8.1 e item 4.13); 141-147 e 165-171 (capítulo VI, itens 6.1, 6.2 e 6.2.2).</p> <p>MARIZ DE OLIVEIRA, Ricardo. <i>A Tributação da Renda e sua Relação com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos</i>. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel, <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, São Paulo: Dialética, 2010, pp. 398-417.</p> <p>_____. Lucro Societário e Lucro Tributável – Alterações na Lei n. 6.404 – uma encruzilhada para o contábil e o fiscal. In: KUYVEN, Luiz Fernando Martins (coord.). <i>Temas Essenciais de</i></p>	



	<p><i>direito empresarial</i>. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 261 e seguintes.</p> <p>MORAES, Marcus Vinícius Melo e outros. O Impacto das IFRS no Resultado Contábil das Pessoas Jurídica no Brasil. <i>Revista da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros</i>, vol. 1, n. 2, 2015. Disponível em <a href="http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/32">http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/32</a>.</p> <p>SALLES, Roberto. O Mito da Neutralidade Tributária da Lei n. 11.638/2007: a interação entre normas societárias e tributárias. In: ROCHA, Sérgio André (coord.). <i>Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S/A</i>. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 526 e seguintes.</p> <p>SILVA, Cláudia Lúcia Pimentel Martins da e outros. Tributação e IFRS no Brasil: alterações na legislação do IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e da COFINS, trazidas pela Lei nº 12.973/2014. <i>Revista da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros</i>, vol. 1, n. 1, 2014. Disponível em <a href="http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/35">http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/35</a>.</p> <p>TAKATA, Marcos Shigueo. A Conexão da Contabilidade com o Direito Tributário – Direito Contábil e Direito Tributário. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, pp. 287-325.</p>
Material didático	<p>- Textos e decisões indicados na leitura básica</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>

## AVALIAÇÃO

### Composição da avaliação

40%: nota de participação em sala, a ser aferida pela participação oral, apresentações, discussões e resolução dos exercícios entregues

60%: artigo escrito individualmente ou em conjunto a ser entregue em até 30 dias após o encerramento das aulas

### Forma da avaliação

- Participação em sala de aula, com comentários que demonstrem conhecimento sobre a matéria, quer a partir de experiências prévias, quer a partir dos textos de leitura indicados
- Organização e coerência dos raciocínios para solução dos exercícios propostos
- Coerência, foco e encadeamento de ideias nas apresentações
- Quanto aos artigos, será avaliada a interdisciplinaridade do tema, a coerência e a objetividade da linguagem, além do grau de inovação ou profundidade do assunto escolhido

## PROFESSORES

### Linha de Direito Tributário

#### Vanessa Rahal Canado

Graduada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (2003), mestre (2008) e doutora (2013) pela PUC-SP

Professora da Graduação e da Pós-Graduação Lato Sensu da FGV DIREITO SP

Coordenadora do GEDEC (Grupo de Estudos em Direito e Contabilidade da FGV DIREITO SP)

Consultora da FGV Projetos

Sócia responsável pela área tributária do CSMV Advogados

## Linha de Direito dos Negócios

### Wanderley Fernandes

Graduado pela Universidade de São Paulo (1986), mestre pela School of Law - University of Illinois (LLM 96-97), programa de formação de executivos da Harvard Business School (PMD-76 - 2001), doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (2011).

Professor da Graduação e da Pós-Graduação Lato Sensu da FGV DIREITO SP

Sócio do Nascimento Mourão – Sociedade de Advogados

---

## BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- ALBERT, Daniel Vásquez. *Abogados y Auditores: régimen jurídico del ejercicio multidisciplinar*. Madrid: Marcial Pons, 2003.
- BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Mudanças Contábeis na Lei Societária*. São Paulo: Atlas, 2009.
- BREITNER, Leslie K. E ANTHONY, Robert N. *Essentials of accounting*, 11<sup>a</sup>. Ed. BOSTON: Pearson, 2013, part. 10.
- COUTINHO, Atimo de Souza e outros. *Contabilidade Financeira*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- DELOITTE. *Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS*. São Paulo: Atlas, 2009.
- ERNST & YOUNG; FIPECAFI. *Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FERNANDES, Edison Carlos. *Direito Contábil*. São Paulo: Dialética, 2013.
- HIGGINS, Robert C. *Analysis for financial management*. 8<sup>th</sup> ed. Boston: Mac Graw Hill, 2007, capítulos 1 e 2, p. 4-82;
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade introdutória (coord.)*, 11<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da Contabilidade*. 10<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de Contabilidade Societária*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- JACKSON, Howell E.; KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven M.; VISCUSI, W. Kip. *Analytical Methods for Lawyers*. 2<sup>nd</sup> Ed. Boston: Foundation Press, 2010.
- JONES, Michael. *Creative accounting. Fraud and international accounting scandals*. New York: Wiley, 2011.
- LOPES, Alexsandro Broedel (org.). *Contabilidade e Finanças no Brasil: estudos em homenagem ao professor Eliseu Martins*. São Paulo: Atlas, 2012
- MARION, José Carlos (org.). *Normas e Práticas Contábeis: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 15<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- MARTINS, Eliseu e outros. *Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica*. São Paulo: Atlas, 2012.
- OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. *Contabilidade tributária*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PEDREIRA, José Luiz Bulhões. *Finanças e demonstrações financeiras da companhia*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1989.
- SALOTTI, Bruno Meirelles e outros (coord.). *IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais*. São Paulo: Atlas, 2015.
- SHENG, Hsia Hua. *Introdução às finanças empresariais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.